LEI Nº 1.067/2004

DISPÕE SOBRE A LIMPEZA,
CONSTRUÇÃO DE MUROS E PASSEIO
EM TERRENOS E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE, Prefeito Municipal de Serrana, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Os proprietários de terrenos baldios e terrenos anexos às propriedades ficam obrigados a mantê-los limpos e carpidos, sem o depósito de lixo ou detritos de qualquer natureza.

§ 1º. Deverão os proprietários de terrenos baldios e terrenos anexos às propriedades manter conservados os muros, passeios e calçadas.

§ 2º. Em se tratando de terrenos pantanosos, fica obrigado o proprietário a esgotá-lo e aterrará-lo.

Art. 2º. O descumprimento, por parte dos proprietários das obrigações estabelecidas no artigo anterior, sujeitará o infrator a multa de 50 (cinquenta) UFMs – Unidade Fiscal do Município, e o dobro desta no caso de reincidência.

Art. 3º. O Poder Executivo, periodicamente, publicará edital de ordem geral, ou abrangendo, especificadamente, determinadas ruas ou lotes, determinando o cumprimento das obrigações contidas no art. 1º, devendo os serviços ser executados pelos proprietários, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do edital.

Parágrafo único. Caso a notificação editalícia prevista no *caput* do presente especifique a localização do terreno, com bairro, quadra e lote, não será necessária a notificação pessoal do proprietário, para fins de execução própria ou terceirizada dos serviços.

Art. 4º. No caso do proprietário não atender ao disposto no Edital, o Poder Executivo executará os serviços, por administração direta ou indireta, ou por contrato de terceirização, com observância ao disposto na Lei 8.666/93 e suas atualizações.

Art. 5º. Os serviços executados pela administração ou por empresa contratada serão cobrados do proprietário.

Art. 6º. O Poder Executivo regulamentará, por decreto, com base em laudos técnicos do Departamento de Obras e Serviços Urbanos, os valores, forma e prazo de execução, materiais e equipamentos a serem utilizados, dentre outros elementos necessários a regular execução do objeto da presente lei.

Parágrafo único. O Executivo poderá, por decreto, dispor sobre concessão de benefícios, subvenções ou isenções, com relação as multas e taxas instituídas na presente, desde que sejam cumpridas as determinações contidas na Lei Complementar Federal 101/00, em especial quanto a contemplação prévia em Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual e atendimento aos requisitos impostos pelo art. 14 do referido diploma fiscal.

Art. 7º. Ficará a cargo do Executivo Municipal a construção ou reconstrução dos passeios, no caso de nivelamento das guias, estragos ocasionados pelas arborizações e obras de saneamento básico, que porventura sejam executadas no local.

Art. 8º. As despesas com a execução da presente lei, correrão por conta do orçamento vigente, cuja suplementação, se necessária, não onerará o percentual máximo em vigor.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei 212/83, de 15 de dezembro de 1983.

PAÇO MUNICIPAL ESTRELA D'ALVA
28 de dezembro de 2004.

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA
NA DATA SUPRA NO LOCAL DE COSTUME.

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE
PREFEITO MUNICIPAL